

Memórias de meninas: tessituras, contextos, discursos e diferenças

Leni Nobre de Oliveira (CEFET-MG)¹

Resumo: O sentido de uma obra literária, muitas vezes só se revela à luz de outras obras. Quando comparadas, seus contrastes e suas confluências podem ampliar e esclarecer os vários significados codificados nas tessituras do discurso ali organizado, o que pode facilitar a transparência de novos sentidos, já que tais obras se tornam mais significativas em seus contextos, nas novas leituras das delicadas teias de significantes codificados nas fendas do discurso. Assim, compararemos as obras *Minha vida de menina*, de Helena Morley e *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus, com vistas a elucidar, nessas memórias, suas percepções do período pós-abolicionista no Brasil, sob o olhar de uma menina branca e de outra negra.

Palavras-chave: Comparatismo; *Minha vida de menina*; *Diário de Bitita*; Memórias de meninas; literatura afro-brasileira.

A indicação de uma autora para um vestibular seja ele federal, estadual, ou particular é uma espécie de consagração pública que nos mereceu uma Dissertação de Mestrado e uma Tese de Doutorado, dentre outras produções na área da Literatura Comparada. O trabalho que aqui propomos é uma costura rápida de apontamentos, dados os arquivos que nos propusemos a comparar - *Minha vida de menina*, de Helena Morley, e *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus -, e a riqueza de detalhes e de temas nessas obras aqui observadas e a curta extensão deste trabalho.

Chamou-nos à atenção o fato de essas duas obras serem de escritoras que tiveram obras indicadas no vestibular da UFMG. Por isso, partiremos de dados que obtivemos em nossa pesquisa de Mestrado e de Doutorado, na escolha das 128 obras indicadas pela UFMG, no período de 1970 a 2001. Essas duas escritoras se encontram entre as que tiveram obras que figuram nessa lista seletiva: a diferença entre o número de obras de autores e de autoras é de 96, já que são 112 indicações de autores e 16 de autoras. Como muitas obras se repetem em edições diferentes dos vestibulares, contamos com 175 indicações de obras. Dessas, 155 são de autores e 20 de autoras, com uma diferença ainda mais gritante, 135 a mais em benefício dos homens.

Com pouca visibilidade ao longo do cenário da produção literária no Brasil se comparadas à evidência da presença dos escritores masculinos, as escritoras brasileiras

¹ Doutora em Literatura Comparada (UFMG), Mestre em Teoria da Literatura (UFMG), Especialista em Literatura Brasileira (PUC-MINAS). Contato: leninobredeoliveira.araxa@cefetmg.br.



foram indicadas em pouquíssima quantidade e frequência nos vestibulares da UFMG por mais de trinta anos. De 84 escritores indicados no período que analisamos, 72 são autores e 12 são autoras, perfazendo uma diferença de 60 nomes.

Por que, num cenário tão restrito que é o de escolha de obras para um vestibular renomado como o da UFMG, as obras dessas duas escritoras foram indicadas? Se essa escolha é uma instância que prioriza o que é canônico ou está em estágio avançado de canonização, por que essas escritoras nada canônicas na época, não só foram indicadas como também despertaram interesse e admiração em vários estudiosos e alunos? Que bagagem trazem tais obras consigo que as faz serem tão importantes para a leitura da juventude? De que modo os registros de memória dessas escritoras, já que se trata de diários, adquirem a representatividade necessária para o seu pertencimento a nossa cultura?

Se “todas as obras literárias, em outras palavras, são ‘reescritas’, mesmo que inconscientemente, pelas sociedades que as lêem, na verdade, não há releitura de uma obra que não seja também uma ‘reescritura’” EAGLETON, s.d., p. 13 . Com base nessa perspectiva, compararemos essas duas obras, *Minha vida de menina*, de Helena Morley, vinda a público em 1942, e *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus, entregue para publicação em 1976. A primeira, ambientada em Diamantina, tem como cenário a decadência da mineração e exploração de diamantes, na região, como também os acontecimentos históricos tais como a abolição da escravatura e a Proclamação da República, apresentando como narradora uma descendente de ingleses branca. A segunda, com lapso temporal que vai de 1918 a aproximadamente 1938, é o registro do olhar de uma menina negra, na cidade de Sacramento, nas fazendas das redondezas e, por último, em São Paulo. Publicada na França, em 1982, a obra apresenta as visões de mundo e da sociedade de sua autora, ao mesmo tempo em que se sobressai o registro das questões raciais próprias da sua condição.

São dois diários, o primeiro pelas marcas próprias do gênero, no corpo do texto, e o segundo, pela classificação da autora, que apresentam impressões datadas do final do século XIX e início do século XX, tendo como narradoras duas meninas. Uma adolescente, estudante da Escola Normal da cidade de Diamantina. *Minha vida de*



menina cobre o período de 05 de janeiro de 1893 a 31 de dezembro de 1895, portanto dos seus 13 aos 15 anos.

A segunda, uma semi-analfabeta filha de uma ex-escrava negra, na cidade de Sacramento, mas com peregrinações por fazendas da Região do Alto Paranaíba, Uberaba, São Paulo e Franca, sem profissão definida. Nascida em 14/03/1914, 26 anos após a abolição da escravatura, trabalhou na lavoura, em várias casas de família e num hospital para receber comida, moradia e tratamento médico. *Diário de Bitita* contempla um lapso temporal que registra sua infância, adolescência e parte da juventude. A narrativa começa com lembranças, a partir dos quatro anos de idade, cobrindo sua vida até os 22, já que parece durar até aproximadamente 1940, pois a campanha de Getúlio Vargas a presidente da República e seu primeiro governo são mencionados pela narradora.

Ambas as cidades das narradoras tiveram sua formação no ciclo do ouro: Sacramento, devido à exploração desse metal em Desemboque e à criação das picadas, por meio de bandos, entradas e bandeiras, cuja via principal se transformou na BR262, para acesso dos bandeirantes paulistas às regiões de mineração no século XVIII, pelo território antes pertencente a Goiás, para transporte de ouro e pedras preciosas, fugindo do fisco da Coroa que não tinha poder nesse território. Diamantina, como expressa a narradora de *Minha vida de menina*, era uma cidade em decadência na área mineradora, motivo por que o pai tem dificuldades de manter os quatro filhos no mesmo padrão dos outros irmãos ingleses, com mais sucesso na atividade, em período fértil.

Em *Diário de Bitita*, Carolina Maria de Jesus reconstrói suas memórias de criança, menina e moça, ao mesmo tempo em que elabora um diagnóstico da situação social dos descendentes de africanos ou afro-brasileiros em território nacional, mais precisamente no interior de Minas Gerais, no início do século XX. Talvez seja esse o principal tema dessa obra, pois revela uma situação traumática de peregrinação diaspórica dos negros e seus descendentes fora de seus territórios de origem – África.

Helena Morley, em *Minha vida de menina*, por sua vez, traça o perfil da sociedade em que vivia, deixando à mostra a situação transatlântica de sua família, aqui no Brasil, expõe a convivência desses descendentes com a sociedade local, sua relação



com os preceitos religiosos, os hábitos e costumes, ao mesmo tempo em que deixa, à vista, as impressões da sociedade vivendo no período após a escravidão, revelando o cenário social, os costumes e hábitos nas fazendas, sociedade e casas de Diamantina.

Sendo a da escravidão a relação plausível entre o negro e o branco, abolida esta, restava ao ex-escravo e a sua descendência uma situação de desamparo e de desestruturação social, como é revelada pela autora de *Diário de Bitita*, cujas conseqüências ainda persistem no Brasil de hoje já que, quando o negro envelhecia, ia pedir esmola. Pedia esmola no campo. Os que podiam pedir esmolas na cidade eram os mendigos oficializados. Em relação à mão de obra negra, a exploração continuava a mesma, sendo o trabalho subvalorizado, subalterno e quase sempre caracterizado como exploração escrava.

Assim, em *Diário de Bitita*, a oficialização da mendicância, alívio do flagelo aos velhos e inválidos produzidos pelo sistema escravocrata, ao invés de se materializar como uma espécie de clemência do Estado pelos indigentes termina por delegar aos populares a responsabilidade de tolerar e fornecer aqueles cuja miséria teria sido provocada pelo próprio sistema que agora a reconhece, mas não assume. No entanto, a intolerância à presença dos ex-escravos não parece combinar com essa benevolência, já que, como sua pele era negra, estava ela e seus familiares sujeitos às várias arbitrariedades descritas por ela ao longo de suas memórias: “Quando um homem preto avistava um soldado, entrava na Igreja e se ajoelhava aos pés do altar. Permanecia vários minutos orando. Na Igreja ele estava protegido. O soldado não ia admoestá-lo, não ia interpelá-lo”. (JESUS, 2007, p. 91)

Helena não aborda esse tipo de questão e nem poderia fazê-lo, por ter pele branca. No próprio discurso de Bitita, percebemos a consideração sobre a situação em que ela vivia devido a sua cor e, diante do que presenciava no dia-a-dia do povo de Sacramento, a descendente de escravos não apresenta dúvida quanto à sua situação carnática: “Ter uma pele branca era um escudo, um salvo conduto.” (JESUS, 2007, p. 61)

Também para a narradora Helena Morley, a abolição da escravatura não fez muita diferença na sociedade, o que reforça a presença da continuidade da utilização de mão



de obra negra. Mas também a narradora expõe uma saída honrosa para a questão, ao transformar a escravidão em servilismo, com a permanência voluntária dos escravos e a sua manutenção como servidores ativos numa ideologia que os transforma em agregados e “quase membro da família”, motivo por que a venda de Maria Pequena pela esposa de um dos tios de Helena causou tanto mal estar que não se podia tocar no assunto. Essa, quando retorna, provoca grande alegria e alívio para a mãe de Helena e para a avó que a vê amparada como todos os que permaneceram na Chácara.

Para Helena Morley, a vida levada pelos negros na Chácara da avó era muito boa, com muitas liberdades, sem maltratos, mas também não se fala em salários, configurando uma permanência da situação:

Da África ainda há na Chácara mais três que são Benfica, Quintiliano e Mainarte. Eles cantavam umas cantigas da terra deles, viravam e reviravam batendo palmas e iam dar uma embigada numa negra. Os negros de cá invejaram os velhos que sabiam as cantigas da África e que dançavam com mais entusiasmo. (MORLEY, 1998, p. 211)

E, ao contrário de Bitita que não tem o que comemorar, Helena Morley destaca o racismo cordial e benevolente de sua avó: “Eu gosto de ver como os negros da Chácara são felizes. Mamãe disse que quando vovô morreu, cada filho (eram doze) ficou com seu escravo de estimação e vovó trouxe os outros que eram uns dez ou doze, quando se mudou para Diamantina.” (MORLEY, 1998, p. 211)

A senzala física de Bitita ficou para traz, embora a senzala ideológica que a separa dos brancos se mantenha. Na Chácara da avó de Helena, ela persiste como um espaço que separa a “casa grande”, mas se transforma no local de preferência da menina curiosa e ávida de alegria, já que na casa da avó a vida era austera: “Como sabe se divertir a família de Jeninha! É tão diferente da minha! Os meus passam a maior parte do tempo rezando.” (MORLEY, 1998, p. 151)

Ontem foi a festa de Joaquim Angola. Este negro fugiu de um senhor muito mau do Serro e foi esconder-se num quilombo perto da Lomba. Os negros lhe levavam comida de noite. Quando andaram por lá uns soldados caçando negros do mato, ele correu e caiu de joelhos nos pés de vovó, pedindo que o comprasse. Ela fez meu avô comprá-lo e ele ficou na Lomba (...). Isso foi há muitos anos no daí de Senhora da Conceição e as filhas de Joaquim Angola costumam festejar este dia.” (...). Houve mesa para nós cá dentro e para os negros lá fora (...). Eu



engoli o jantar depressa e fui para a senzala. palavra que nunca vi uma festa tão divertida. (MORLEY, 1998, p. 210-211)

E é nessa mesma perspectiva que a caridosa avó, juntamente com a tia, acolhe as crianças negras:

Vovó sempre cria negrinhas e Dindinha negrinhos. Quando são pequenos eu não me admiro, porque eu também gosto muito de menino pequeno e acho muita graça no Joaquim que Dindinha está criando agora. Ela o manda fazer gracinhas para nós e ele é muito engraçadinho. Mas gostar de negrão é que eu acho uma coisa esquisita. (MORLEY, 1998, p. 179)

No entanto, a menina restringe sua aceitação da benevolência da avó que se estende aos negros em geral a mesma atenção, mesmo depois de adultos.

Embora livre num país no pós-abolição, Bitita se apresenta como deserdada dos direitos e de cidadania, sofrendo com a falta de acesso às condições mínimas de sobrevivência, num contexto em que os negros não sendo mais escravos, tornam-se objetos indesejáveis na sociedade ou sujeitos de vilipêndio do corpo e dos direitos naturais do ser humano, continuando uma vida de diáspora forçada, em território brasileiro, na busca de sobrevivência e autoafirmação, essa última provavelmente responsável pela manutenção do apelido de infância – Bitita - na denominação da protagonista do Diário, que se revela como a própria autora, Carolina Maria de Jesus.

Nos primeiros dias de freqüência de escola, Bitita descobre seu verdadeiro nome da certidão de nascimento e o recusa em favor do nome afetivo. Ela não tem sobrenome paterno já que o sobrenome “de Jesus” reafirma a ausência de pai conhecido, sendo essa uma prática muito comum no registro de nascimento de crianças enjeitadas ou não assumidas pelo pai, naquela época como o era os sobrenomes “dos Anjos”, “de Deus” e “da Luz”.

Em uma condição de filha de imigrantes ingleses, Helena Morley se apresenta como uma menina que, mesmo sendo da parte menos abastada dos familiares, conta com a proteção das madrinhas, as condições necessárias para freqüentar, como menina branca, escola de música, catecismo e Escola Normal. Com ampla possibilidade de circulação pelas casas dos moradores de Diamantina, a autora revela sua condição diferenciada de inglesinha pobre para os padrões de uma filha de mineradores, se



comparada aos demais parentes. Isso fica nítido nas várias referências a calçados rotos, roupas puídas e desbotadas, ausência de criada ou ex-escrava para os afazeres domésticos, sobrecarregando a narradora de atividades, dificuldades na aquisição de bens necessários ao cotidiano, somadas às várias tentativas da mãe de vender, sem sucesso, quitutes e licores para acrescentar ao lar algum rendimento. Isso se contrasta com o lado rico da família.

O apelido adotado - Helena Morley - como a protagonista do diário, torna-se revelador de uma condição diferenciada de Alice Dayrell Caldeira (o Brant foi acrescentado pelo marido em 1900), com dois sobrenomes de peso em seu nome: o próprio pseudônimo da autora carrega sobrenome de importância social, confirmando o livre trânsito da menina em Diamantina e a ausência de intolerância quanto a sua genealogia estrangeira, o que, para Bitita, é a principal causa de todos os males, já que ela se identifica com uma ascendência africana.

No ato da escrita, a narradora Carolina Maria de Jesus se confunde com Bitita, ao mesmo tempo em que se organiza como protótipo de uma raça em franca situação de questionamento a respeito da própria identidade e pertencimento. Narrar é também uma forma de se tornar visível e o apelido Bitita só é associado por ela ao nome Carolina quando ela vai à escola. Para Carolina Maria de Jesus a auto-identificação narrador-autor-pessoa é a condição única possível de visibilidade social para o projeto que parece ser o dessa obra: expor as denúncias daquilo que os negros eram obrigados a suportar, e explicitar a sua condição de pertencimento a esse grupo.

Em contrapartida, os traços de Helena que a incomodam e são motivos de inquietação da tia Madge ou de uma ou outra coleguinha são os cabelos presos, a magreza da menina e as sardas, segundo ela, provocada pelo sol, o que provoca a insistência, orquestrada pela tia, no uso de chapéus e na manutenção de cabelos soltos. Mas isso em nada a impede de desfrutar de um convívio social aprazível e humano. Helena se autocaracteriza como a mais horrorosa, a mais magrela, a mais burra de todas, tendo que ficar sempre inferior em tudo, o que pode ser um conflito normal na adolescência de toda menina, em fase de modificação do corpo. Mas Carolina se descobre negra por intermédio de outrem: “Eu sabia que era negra por causa dos



meninos brancos.” (...). Por causa dos meninos brancos criticarem o nosso cabelo: - Cabelo Pixaim! Cabelo duro!” (JESUS, 2007, p. 111)

A consciência de sua condição étnica não parecia ser algo difícil de se compreender: “Eu já sabia que as raças que eram hostilizadas no mundo eram: os negros, por causa da cor; os ciganos, por serem nômades, ladrões trapaceiros e não terem pátria, e os semitas porque brigaram com o Cristo.” (JESUS, 2007, p. 72) E a pergunta surge para ela como uma indignação: “Por que será que os mulatos e os brancos negam os negros”? (...) “O branco ainda é aceitável! Mas, o mulato? Está no meio-termo. É filho de negro e filho de branco. As raças que se unem para produzir o mulato.” (JESUS, 2007, p. 85)

Sob o pseudônimo de Helena Morley, Alice Dayrell Caldeira Brant publica suas memórias, e isso demonstra que, para a descendente de ingleses, a ficcionalização do narrador não impede a visibilidade do autor, o que é explicado metalinguisticamente na apresentação da obra, como sendo “por motivos fáceis de compreender”. Sua proposta é aceitar a sugestão paterna de não contar sua vida e seus segredos para as amigas e as confidenciar ao diário. E isso ela faz francamente e muito verdadeiramente, ao que parece, pois, ao tomá-lo como confidente, ela revela, muitas vezes, que, ali, ela escreve até mesmo o que as pessoas se assustariam que ela percebe, pensa ou faz. O diário é retomado em 1942.

Carolina Maria de Jesus endossa seus juízos sobre as pessoas e a sociedade por meio das informações obtidas pelo rádio e pelo jornal lido por outrem, pela observação de bons mestres dos quais ouvia falar, pela observação dos grandes exemplos locais e nacionais, seguindo-lhes as orientações. Por isso, quando pode frequentar a escola de Eurípedes Barsanulfo por caridade deste, em Sacramento, ela identifica formas de empoderamento por meio da aquisição do conhecimento pela leitura e da escolarização. Para ela, a única forma viável de se transformar num ser social capaz de reagir aos mandos e desmandos dos brancos, mulatos e pardos sobre os negros seria a consciência, advinda da formação escolar. Mas esse ideal é interceptado e não retomado no Diário, na segunda série primária, em uma de suas peregrinações com a mãe pelas fazendas na busca por trabalho. Sua narrativa, ao que nos parece, foi orquestrada ao final da vida. O



diário foi entregue a jornalistas franceses que vieram entrevistá-la em 1976 e ela falece em 13 de fevereiro de 1977. Depois, ele é publicado. Portanto, ou ele ficou guardado durante este tempo ou a escritora o escreveu posteriormente, a partir de suas lembranças.

Para Helena Morley, a ascensão social passava também pela escolarização, já que freqüentava a Escola Normal da cidade, pretendia ser professora, mas aliada a essa perspectiva, havia também a possibilidade de um bom casamento, - que se concretizou em 1900 - no que era preparada principalmente pela avó e pela Tia Madge - e a da herança de bens da avó, por intermédio da mãe. A escolarização deu-lhe a possibilidade de escrever em tempo real, com datas definidas no próprio diário, uma produção que, apresentada para publicação em 1942, traz na nota da primeira edição, o comentário da autora de que os cadernos foram retomados, mas que, “nesses escritos nenhuma alteração foi feita, além de pequenas correções e substituições de alguns nomes” (MORLEY, 1998, p. 14). Embora ela exponha comentários sobre a sociedade fazendo julgamentos francos sobre vícios, comportamentos, costumes e credices, como Bitita, o diário tem outro objetivo.

Em *Minha vida de menina*, a narrativa se compõe, em primeira mão, de relações com familiares e conhecidos, contato com diferentes classes sociais, tarefas domésticas, ócio, igreja, escola, passeios pela ribanceira, superstições, festas religiosas e o racismo cordial. São minuciosos detalhes sobre a sociedade diamantinense do século XVIII. O universo social de Helena Morley não se restringe à família e aos numerosos parentes. Ela compõe um quadro reflexivo de toda a sociedade de seu tempo, que inclui a convivência com ricos, pobres, escravos, crianças e até bichos.

Em *Diário de Bitita*, as memórias apresentadas expõem um rosário de injustiças cometidas contra a narradora pela família, pela sociedade, pelos cidadãos, pela polícia, pelo Estado e até pela Igreja, como se vê em um episódio em que um padre a acusa de ladra e depois acha o dinheiro, quando ela já ia apanhar da polícia. Há também a denúncia de prática de racismo e de intolerância contra os negros pelos próprios negros em situação financeira melhor ou em estágios diversos de branqueamento. Bitita não conheceu o pai, tem um irmão, que não pode ficar na Cidade de Sacramento por causa



de perseguição racista em espaços de circulação pública, principalmente pela polícia, um padrasto de quem pouco fala, alguns parentes com os quais não estabelece relações ou elas são incipientes e de franca rejeição. Tendo sofrido maus tratos de familiares, a narradora vê em sua mãe seu único porto seguro e ancoradouro.

Sem definição de origem paterna, praticamente, Bitita compõe um diário que é todo um rosário de sofrimentos causados por ela ser negra, bastarda, sem pouso certo, perambulando sozinha para São Paulo, Franca, Uberaba, e, algumas vezes, perfazendo todo o trajeto a pé, dormindo escondida às margens do trajeto, durante a noite. Isso se agrava por ela ter ficado doente, com feridas nas pernas e por se tornar uma jovem moça com mau cheiro e indesejada por todos, enxotada como cão, até pelos parentes. Ela pula de casa em casa para trabalhar, às vezes sem pagamento, às vezes enganada, ludibriada e passada para trás pelos patrões, sempre brancos, situação bem diferente de Helena que já tem seus admiradores antes dos quinze anos.

Constantemente a narradora de *Diário de Bitita* se envolve em narrar a diferença para menor entre a quantia prometida e a recebida por ela ou pela mãe nos trabalhos que realizavam. Os momentos melhores parecem ter-se passado na Santa Casa de Misericórdia e nos asilos vicentinos ou enquanto ela lia os livros que ganhava. Chega a citar que lia Camões com a ajuda de um dicionário que achara.

Obras e autoras assim tão antagônicas e tão peculiares causam estranheza quando indicadas à leitura para o vestibular unificado da UFMG: Helena Morley com a obra aqui utilizada na comparação, em 2000. E Carolina Maria de Jesus, com *Quarto de despejo*, outro diário, em 2001. As confluências dessas duas obras, no entanto, nos levam a perceber que, a partir de universos tão distintos de pertencimento, as duas meninas apresentam percepções semelhantes nesses diários que podem ser considerados romances de formação: o respeito pela etnia negra e a cordialidade são mais fortemente manifestos pelos europeus do que pelos próprios brasileiros e mestiços; os vícios são tratados como negativos e devem ser evitados por todos; a escolarização é um instrumento de crescimento na vida; a sagacidade, a inteligência, a esperteza, e o senso crítico são qualidades que elas se atribuem e os temas mais frequentes das duas meninas. Ambas se gabam pelo intelecto privilegiado em relação às outras pessoas e



pela aguçada percepção do mundo ao redor de si mesmas, com um senso surpreendente para o tempo histórico e de vida das narradoras dos diários, no período da narrativa.

Ao analisarmos esse *corpus*, encontramos valiosos dados que constituem um arquivo propício para se pensar cuidadosamente a respeito de quão reveladora pode ser a abordagem comparada, para a riqueza memorialística, seja ela constituída, reconstruída, reconstituída ou preservada nas obras literárias. Buscamos endosso em Machado de Assis (ASSIS, 1937, p. 145 que viu nesse intercâmbio uma forma produtiva de pensar: “com os pecúlios de uns se fazem os pecúlios de outros e esse é o maior lucro para todos”, já que a obra literária em si como um arquivo, pode carregar consigo os indícios dos elementos necessários para sua manutenção e a pulsão de armazenamento de certa memória desejável, às custas do apagamento daquilo que é não-desejável ou menos-desejável, na constituição desse arquivo que é o diário.

Se para Machado de Assis, os pecúlios de uns enriquecem os pecúlios dos outros, podemos considerar que os sentidos de uma obra literária se revelam também, e muitas vezes, à luz de outras obras e de leitores diferentes, ou até os mesmos leitores em diferentes momentos, por motivos ou situações diversos.

O autor, ao tecer sua narrativa, deixa marcas intencionais e não intencionais as quais somente contrastadas com outras situações em obras diferentes poderiam se revelar, porque as leituras são tessituras que se entrelaçam de sentidos e as obras adquirem significados novos em novas leituras. Assim, as produções literárias podem se enriquecer mutuamente e se constituírem como mananciais subsidiários da cultura, da sociedade e das diversidades, quando submetidas ao processo da comparação. As percepções de mundo, costuradas nos alinhavos dos textos, revelam aquilo que tais obras podem apresentar de tradição e de ruptura, elucidando marcas indeléveis da realidade e de seu autor, nem sempre intencionalmente ali expressas, nas delicadas teias de significantes codificados nas mínimas fendas do discurso.

A leitura isolada de cada uma dessas obras pode não ser tão reveladora quanto quando associadas em suas construções. Isso facilita a transparência de novos sentidos, já que tais obras se tornam mais significativas em seus contextos, em novas leituras que podem revelar também seus contrastes e suas confluências.



A indicação dessas autoras para o vestibular promove o seu conhecimento e reconhecimento, como também o de sua obra, mas esse não é o seu único papel: ela nutre o imaginário e ficcionaliza o leitor cujo papel é primordial na construção de novos sentidos, assim como o fazem os aparatos teóricos subsidiários dos estudos que se propõem sobre as obras.

Se a literatura é um espaço privilegiado para que o cotidiano e as simulações possam ser encenadas pelo sujeito pós-moderno, tanto por quem escreve como por quem lê, os dois diários podem revelar que o capital cultural nelas preservado se constitui como instrumento de construção e reconstrução da memória do passado no presente. Com esse capital, a literatura pode-se materializar como fonte reveladora do próprio sentido do registro e das tessituras discursivas de qualquer escritor, porque “toda escrita ficcionaliza o seu leitor. E todo leitor acumula um repertório de pré-noções e é munido desse aparato que se acerca de um texto, com o qual o seu conjunto de expectativas passará a atritar” (REIS, 1992, p. 65), constituindo essa dupla via como é o próprio modo de ser desse tipo de patrimônio. Assim, por meio do comparatismo, ampliamos os significados dos dois diários, confirmando que, se pensarmos a obra literária a partir de um pensamento cultural, transcultural e transdisciplinar, ela apresenta seu potencial revelador das diferenças, das diversidades e da cultura da qual ela faz parte.

Se por meio do comparatismo, a relação da Literatura com os demais produtos culturais do nosso tempo amplia e complexifica seus significados, e essa arte se torna objeto complexo, engendrada a partir de um pensamento transcultural e transdisciplinar, torna-se pertinente que esse recurso seja observado em seu potencial revelador das diferenças e das diversidades na produção literária contemporânea. Desse modo, a estranheza provocada pela presença dessas autoras e de suas obras na listagem daquelas que foram indicadas para o vestibular da UFMG possa ser minimizada, já que tanto autoras quanto obras se tornam muito mais visíveis e seu capital cultural, muito mais revelador dos diferenciados modos com que os olhares obnubilados de cada uma puderam desvelar. Pois cada olhar é proveniente do universo de vivências, o que torna cada obra um retrato claro das escrevivências e das tessituras discursivas de suas



autoras, capazes de revelar o verdadeiro sentido das diferenças que serão percebidas pelo leitor.

Referências

ASSIS, Machado de. *Crítica literária*. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. Editores, 1937.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura Comparada*. 4. ed. 2 imp. rev. e ampl., São Paulo: Ática, 2001.

EAGLETON, Terry. DUTRA, Waltencir. *Teoria da Literatura: Uma introdução*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (p.13)

GILROY, Paul. *O Atlântico negro*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. Sacramento: Editora Bertolucci, 2007.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

MOURALIS, Bernard. A Herança. In. *As contraliteraturas*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

PORTELA, Eduardo. *Literatura e realidade nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1971.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. (p. 65)